

REFLEXOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM UMA UNIVERSIDADE QUE NÃO PODE PARAR

Mariângela de Araújo
Vanessa Martins do Monte¹



*Não houve, em nenhum momento, uma iniciativa de suspensão temporária das atividades letivas para novo planejamento das disciplinas e para sua readequação ao contexto do ensino remoto emergencial. Ao contrário, com o slogan “a USP não vai parar”, a universidade assumiu a forma de um imenso e irrefreável “corpo” metálico e foi atropelando alunos que nunca haviam pisado nos campi, alunos que não tinham um computador ou um **tablet**, alunos que se viram obrigados a voltar às casas de familiares — que nem sempre se constituem como ambientes favoráveis*

Este texto tem como objetivo expor a complexidade da situação do ensino remoto emergencial, tomando como exemplo o caso de uma disciplina ministrada aos calouros do curso de Letras durante o 1º semestre letivo de 2020. Descrevemos brevemente as decisões tomadas pela USP e mais especificamente pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e, a seguir, discutimos uma das saídas encontradas por um grupo de professoras que lecionavam a mesma disciplina a turmas distintas, de modo a atender às diferentes demandas dos discentes e impedir a exclusão de grande parte deles ao acesso a uma universidade pública, gratuita e de qualidade, na qual tinham recém-ingressado.

Em 16 de março de 2020, depois de um caso confirmado de Covid-19 na FFLCH, as aulas presenciais foram finalmente suspensas na unidade, conforme determinação do Protocolo Interno Transitório de mesma data². Alguns departamentos, no entanto, como é o caso do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, ao qual pertencemos, já haviam se pronunciado sobre a suspensão, apoiando a decisão de cada docente em relação ao cancelamento de suas aulas até que a Reitoria tomasse uma decisão definitiva. Lembremos que a primeira decisão da Reitoria, comunicada em 13 de março de 2020, não suspendia as aulas presenciais, mas apenas os “eventos científicos e comemorativos com mais de 100 participantes; [as] atividades culturais e de extensão, abertas ao público em geral, com mais de 100 participantes; [as] visitas em grupo aos Museus mantidos pela Universidade; [as] atividades do Programa 60+ da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU)”³. Recordemos ainda que, em reunião do Cruesp, realizada em 12 de março,

decidiu-se pela não-suspensão das aulas presenciais⁴. A Unicamp, no entanto, já havia tomado a acertada decisão de suspender as aulas àquela altura.

Cabe lembrarmos também que o caso de infecção na FFLCH mencionado acima já era, em 11 de março de 2020, público e notório. Em 18 de março, a comunidade acadêmica da FFLCH recebeu um comunicado que informava o seguinte: “as atividades didáticas não podem ser presenciais, mas os docentes responsáveis por disciplinas de graduação ou pós-graduação poderão apresentar um programa permanente que se utilize das tecnologias disponíveis; os docentes responsáveis por disciplinas poderão solicitar apoio da Seção Técnica de Informática da FFLCH para o uso das tecnologias disponíveis, como: e-Disciplinas, Moodle, Google Classroom, entre outras”⁵. No dia anterior, a Seção Técnica de Informática da FFLCH havia repassado *e-mail* da Superintendência de Tecnologia de Informação da USP em que se divulgava uma lista de FAQ’s com tutoriais para configurações de Aplicativos para Conferência Web, a fim de “minimizar o número de chamados abertos junto ao Atendimento da STI”. Em 24 de março, há novo comunicado da Direção em que líamos: “Considerando as condições atípicas que todos enfrentamos neste momento de pandemia do Covid-19, venho ressaltar o estímulo às atividades didáticas de graduação e pós-graduação a distância e o uso de todas as ferramentas de ensino disponíveis. Ressalto também que todos os docentes considerem as condições mínimas de acesso aos estudantes das ferramentas a serem disponibilizadas, onde o diálogo e acordo mútuo para a atividade proposta seja adotado”⁶. Em 1º de abril, novo comunicado da FFLCH solicitava que os docentes mantivessem

contato remoto com seus alunos enquanto durasse o “momento de exceção e incertezas, [...] mas que não se [sentissem] compelidos a atribuir frequência e avaliações que resultem em notas conclusivas”.

Em comunicado do Cruesp, de 22 de abril de 2020, o Conselho asseverava que os alunos estavam dando “continuidade aos estudos com o auxílio de tecnologias de comunicação remota”⁷. Em 21 de abril de 2020, comunicado do Conselho Técnico-Administrativo da FFLCH salientava que “as atividades remotas não supõem a adoção do ‘ensino a distância’ (EaD), pois este possui particularidades didáticas e tecnológicas próprias, para as quais não estamos habilitados e cuja eficácia não nos é clara”. Em outro trecho, a nós era informado que “os semestres letivos de 2020 serão mantidos. Portanto, as disciplinas em curso devem ser ministradas remotamente porque a situação de excepcionalidade em que vivemos nos impede, por um lado, de aferir com justeza o fim da pandemia e, por outro, de identificar as necessidades específicas de todos os alunos.”.

A indicação da FFLCH ia no sentido do estímulo a uma capacitação técnica fornecida pelo STI e a uma capacitação didática que deveria ser procurada por cada docente “junto a colegas que possuam mais experiência sobre a utilização de ferramentas como Google Meet, Moodle, YouTube, Zoom, entre outras, para manutenção das atividades remotas.”. Havia ainda a recomendação de que **nenhum aluno** fosse prejudicado. Para isso, o docente deveria se comprometer “a ser compreensivo e solidário com discentes que tenham dificuldades técnicas e de saúde psíquica e física para acompanhar ou realizar as atividades remotas”. Quanto às avaliações, a sugestão era para que fossem “discutidas, em tempo hábil e no momento oportuno, pelas instâncias competentes da FFLCH e da USP, evitando-se o descompasso entre professores do mesmo curso.” Apesar de algumas discussões entre grupos de colegas, nunca houve na USP uma decisão coletiva, como a tomada pela Unicamp, em julho de 2020, de atribuírem-se dois conceitos — Suficiente e Insuficiente — aos resultados da avaliação da aprendizagem para qualquer disciplina da Graduação ministrada de forma remota (cf. Deliberações CEPE-A-007/2020⁸ e CEPE-A-006/2021⁹).

O breve histórico acima descreve as ações institucionais tomadas, tanto no âmbito da FFLCH quanto da Universidade, face à imensa crise sanitária que começava a nos abater. Como se constata, não houve, em nenhum

momento, uma iniciativa de suspensão temporária das atividades letivas para novo planejamento das disciplinas e para sua readequação ao contexto do ensino remoto emergencial. Ao contrário, com o *slogan* “a USP não vai parar”¹⁰, a Universidade assumiu a forma de um imenso e irrefreável “corpo” metálico e foi atropelando alunos que nunca haviam pisado nos *campi*, alunos que não tinham um computador ou um *tablet*, alunos que se viram obrigados a voltar às casas de familiares, que nem sempre se constitui como um ambiente favorável — isso para ficarmos apenas nas situações enfrentadas pelos estudantes. Assim, apesar do discurso de não prejuízo aos discentes, o que se viu, e ainda se vê, é uma situação preocupante.

As questões humanas também foram deixadas de lado. A USP não teve nenhum interesse em verificar se as pessoas que fazem parte de seus quadros (discente, docente e de funcionários) adoeceram, se tiveram de manter os cuidados de familiares próximos, se perderam entes queridos

Em nenhum momento também os docentes foram consultados a respeito de suas condições domiciliares para a manutenção desse tipo de ensino. A USP assumiu como pressuposto que todos os docentes tinham em seus domicílios equipamentos adequados, com câmeras e microfones bons, e Internet de boa qualidade e ilimitada, o que é indispensável para a manutenção de atividades didáticas remotas. Além disso, nenhum auxílio financeiro foi disponibilizado para que os docentes pudessem providenciá-los. Cada docente teve de, por meio de recursos próprios, se adaptar à situação. Tudo isso relaciona-se apenas a questões técnicas. As questões humanas, por outro lado, foram também deixadas de lado. A USP não teve nenhum interesse em verificar se as **pessoas** que fazem parte de seus quadros (dis-

cente, docente e de funcionários) adoeceram, se tiveram de manter os cuidados de familiares próximos, se perderam entes queridos ou se tinham condições psíquicas para manter as atividades funcionando normalmente. A Universidade continuava repetindo: “a USP não vai parar”.

Tendo em vista a situação descrita anteriormente, tínhamos várias dificuldades para continuar cumprindo com nossas atividades didáticas. Desde o início, sabíamos que essas atividades seriam muito diferentes daquilo que se concebe como Ensino a Distância (EaD), em que todo o curso é planejado e configurado previamente para ser ministrado on-line e cujos princípios e procedimentos já estão bem estabelecidos na literatura a respeito (KENSKI, 2003; BEHAR e colaboradores, 2009, por exemplo). Além disso, o nosso corpo docente não havia se preparado para um curso nessa modalidade. Por essas razões, tínhamos a consciência de que estávamos diante de um novo conceito educacional, que passou a ser designado na literatura por ‘ensino remoto emergencial’. A seguir, apresentamos uma definição para essa nova prática docente, tendo em vista as reflexões de Hodges et al. (2020):

“In contrast to experiences that are planned from the beginning and designed to be online, emergency remote teaching (ERT) is a temporary shift of instructional delivery to an alternate delivery mode due to crisis circumstances. It involves the use of fully remote teaching solutions for instruction or education that would otherwise be delivered face-to-face or as blended or hybrid courses and that will return to that format once the crisis or emergency has abated. The primary objective in these circumstances is not to re-create a robust educational ecosystem but rather to provide temporary access to instruction and instructional supports in a manner that is quick to set up and is reliably available during an emergency or crisis. When we understand ERT in this manner, we can start to divorce it from online learning.” (HODGES ET AL. 2020, online)

Devemos notar, desse modo, que a implementação das atividades remotas teve de ser realizada muito rapidamente, sem tempo hábil para grandes reflexões a respeito do processo. Nesse sentido, decisões individuais poderiam gerar insegurança e instabilidade, o que não seria adequado a um momento já tão adverso.

Dessa forma, procuramos por decisões minimamente coletivas, construindo soluções com colegas e com os próprios estudantes. Muitos de nossos colegas já haviam desenvolvido formulários com consultas aos alunos sobre suas condições tecnológicas, sociais, familiares e psíquicas. Com esse material, pudemos, então, desenvolver um programa e um cronograma que, na medida do possível, dessem conta de atender os estudantes em um panorama tão caótico e inseguro do ponto de vista da saúde pública.

Uma das primeiras medidas tomadas de modo coletivo pela FFLCH foi a extensão do semestre letivo, que foi prorrogado até setembro de 2020. Essa decisão foi imprescindível, uma vez que possibilitou um período mínimo de planejamento para a transformação de uma disciplina presencial para o formato remoto emergencial.

Do ponto de vista tecnológico, foram disponibilizados “kits de Internet” (compostos por um *chip* para celular ou um *modem* portátil com interface USB, habilitados para 20 GB e no mínimo 100 horas-aulas por mês), para que os alunos que não tivessem disponibilidade de conexão pudessem acompanhar as atividades. Também foram emprestados pela faculdade equipamentos aos estudantes que os requisitassem à Diretoria.

É necessário também mencionar que a universidade já contava com plataformas que possibilitavam o desenvolvimento de atividades remotas. Ressaltamos aqui as plataformas e-Disciplinas (Moodle), utilizada para a disponibilização de recursos didáticos em diferentes formatos, e e-Aulas, destinada à disponibilização de vídeos produzidos pelos docentes. Também é importante mencionar um canal de contato em tempo real, que foi desenvolvido pelo setor de informática da faculdade para dar assistência técnica aos docentes que dela necessitassem.

A questão didática, porém, ficou sob a responsabilidade de cada docente, que com autonomia pôde escolher a melhor forma de conduzir a disciplina com suas turmas. Podemos afirmar que vários docentes seguiram com práticas individuais e conseguiram bons resultados.

Nós, um grupo de quatro docentes mulheres ministrantes da mesma disciplina aos ingressantes do curso de Letras, no entanto, decidimos nos reunir para, de maneira colaborativa no planejamento e em sua execução, discutir os possíveis caminhos para uma transição do curso ao ensino remoto. Já restava evidente para nós que era necessária uma pausa para o replanejamento. Por

isso, comunicamo-nos com os estudantes e informamos que suspenderíamos os encontros por duas semanas. Durante esse tempo, reunimo-nos para decidir os conteúdos fundamentais da disciplina e o modo como reestruturaríamos a maneira de lecionar.

Embasamo-nos no fato de que as decisões coletivas, mesmo que em grupos menores, têm como consequências uma divisão de responsabilidades e a manutenção de um ambiente mais democrático entre docentes e estudantes. Nesse sentido, estabelecemos um conteúdo mínimo, um cronograma de atividades e um modo de avaliação viável para o momento.

Durante as reuniões realizadas, decidimos por uma forma híbrida na condução da disciplina, com aulas gravadas e encontros síncronos para o debate dos temas tratados na aula previamente disponibilizada. O conteúdo da disciplina foi dividido equitativamente pelas docentes e cada uma se responsabilizou por gravar um número específico de aulas. Como a disciplina era ministrada presencialmente duas vezes por semana antes da pandemia, seguimos esse cronograma, oferecendo numa mesma semana uma aula gravada, acompanhada de textos teóricos, e um encontro síncrono.

Algumas de nós já eram usuárias da plataforma Moodle, o que permitiu uma troca de saberes sobre o ambiente. Entretanto, tivemos de dedicar muitas horas ao aprendizado acerca do complexo processo de gravação e de edição de vídeos, já que planejávamos que cada docente ficasse responsável por alguns tópicos do conteúdo e que fossem gravadas videoaulas sobre eles — a intenção era a de que todo o conteúdo ficasse disponível aos alunos para acesso a qualquer hora do dia, uma vez que conhecíamos seus problemas de conexão e pensávamos na possível dificuldade advinda das diferentes configurações familiares e domiciliares. Começamos, então, a perceber quanto conhecimento técnico avançado e quanta robustez de equipamento e de infraestrutura de rede eram necessários para as gravações. Foram muitas e muitas horas de gravações e regravações, de renderização de vídeos e de uploads ao sistema e-Aulas.

O formato foi pensado de forma que todo o conteúdo estivesse à disposição dos estudantes em qualquer momento do semestre, para que estes pudessem realizar seus estudos no período mais propício e tranquilo para sua aprendizagem. A frequência nos encontros síncronos não era obrigatória, tendo em vista que a maior parte dos estu-

dantes era do curso noturno, período em que talvez não tivessem um ambiente adequado para isso. Assim, cada uma de nós estaria à disposição para conversar e debater com suas turmas de estudantes, mesmo que a frequência não fosse obrigatória, criando um ambiente em que se pudesse estabelecer um vínculo maior com eles e verificar o desenvolvimento do processo de aprendizagem.

Em um primeiro encontro síncrono, cada docente, com suas respectivas turmas, apresentou a proposta da disciplina. Os estudantes receberam-na muito bem, ressaltando os ganhos da proposta pedagógica e, sobretudo, nossa empatia com a situação que estavam vivendo.

Mesmo tendo havido um esforço coletivo no sentido da reelaboração da disciplina para o contexto de ensino remoto emergencial, logo diagnosticamos que uma boa parte de nossos alunos não tinha Internet de qualidade e equipamentos adequados para acompanhar as aulas online síncronas. No curso de Letras, uma parte dos alunos tem família constituída e procurava acompanhar os encontros com filhos em casa, devido ao fechamento das escolas e das creches. Outra parte mora (ou voltou a morar) com outros membros da família, como pais e avós, que costumam apresentar mais fatores de risco para a Covid-19. E, por isso, tinham de lidar com o medo constante do adoecimento de seus parentes mais velhos e, eventualmente, com as tarefas de cuidado, sobretudo no caso de constatada a doença. Tal quadro fez emergir uma série de soluções diferenciadas por parte dos docentes, de modo a atender aos alunos, ou parte deles, já que muitos perderam completamente o contato com a instituição.

O índice médio de reprovações da disciplina mais que dobrou, denunciando não só que alunos foram prejudicados pela “USP que não pode parar”, mas que 25% dos discentes de nossa disciplina foram reprovados. Foi o maior índice histórico de reprovações desde 2016

O resultado dessa ação coletiva que descrevemos, no entanto, diferente do recomendado pela FFLCH e contradizendo afirmações do Cruesp, foi o maior índice histórico de reprovações desde 2016, ano em que as autoras começaram a ministrar regularmente a disciplina. A partir do relatório “Estatística de Aproveitamento”, fornecido pelo sistema JúpiterWeb, levantamos o número de matrículas, aprovações, reprovações e trancamentos em nossas turmas. O gráfico abaixo traz as porcentagens de reprovações em cada ano:



Enquanto, nos anos anteriores, o índice médio de reprovações ficava na casa de 12%, em 2020 o índice mais que dobrou, denunciando não só que alunos foram prejudicados pela USP que não pode parar, mas que 25% dos discentes de nossa disciplina foram reprovados.

Os e-mails a seguir ilustram mais de perto as situações enfrentadas pelos alunos ao longo de 2020:

E-mail 1

*Fui sua aluna no primeiro semestre desse ano em IELP I. Tive vários desafios e lembro que a Professora foi a mais acessível que tive. Mesmo assim **não entreguei sua atividade, meu celular é muito ruim e não tinha computador para fazer a atividade.** Fiz todos os exercícios online. Na medida do possível acompanhei suas aulas. Na atividade final não consegui fazer, lembro-me que a senhora propôs até atividade teste e gostou de 2 trabalhos,*

*um em tabela outro todo colorido. **Fiquei com vergonha de pedir pra mandar no corpo de e-mail sem formatação da ABNT depois disso.** E era o único jeito possível à época. **Agora em dezembro consegui um computador, graças a Deus.***

E-mail 2

Peço desculpas por encaminhar esse e-mail nesse horário mas gostaria de conversar com a professora sobre a minha situação nas ultimas 2 semanas.

***Infelizmente a minha avó de 70 anos contraiu o Covid e simplesmente tudo se tornou um caos sem contar o meu abalo psicológico.** De modo que eu não consegui realizar o trabalho final que tem o prazo final de até amanhã, então gostaria de implorar se a professora pode adiar apenas um pouco o prazo para mim pelo menos mais 2 dias eu prometo que dentro desse prazo eu entrego o trabalho feito com toda a minha dedicação.*

Eu sei que as nossas vidas na pandemia não é fácil mas estou especialmente desesperada por causa do meu trabalho que cada vez mais pede dedicação também.

Enfim, espero que a professora possa me ajudar. Agradeço muito desde já.

E-mail 3

Prezada professora,

Estou passando por aqui pra agradecê-la pela compreensão e informá-la que estou curado da doença e no início de uma recuperação física e principalmente psicológica.

Infelizmente, passei alguns maus momentos e cheguei a temer pelo pior mas quando tudo indicava que a situação iria degradingolar, comecei a apresentar melhoras até que, depois de 20 dias, fui considerado livre de Covid-19.

A alta chega no momento em que notícias sobre recontágio começam a se espalhar pelo mundo, por ironia. É desanimador.

*Professora, pretendo entregar o trabalho final mas receio que não conseguirei iniciá-lo nos próximos dias pois **preciso de um tempo para entrar***

em órbita novamente profissional, acadêmica e pessoalmente falando. Ficou tudo represado.

E-mail 4

Olá professora, boa tarde. Como vai?

Estou terminando um outro trabalho e não vou conseguir entregar o meu exercício de IELP dentro do prazo estabelecido.

Não entreguei nenhum trabalho dentro do prazo, como já mencionei anteriormente, tenho restrição de horário por cuidar de uma bebê.

E-mail 5

Bom dia Professora, tudo bem?

*Venho por meio deste e-mail avisá-la do ocorrido da não entrega de trabalhos. **Esse primeiro semestre de 2020 tive muitos problemas de saúde e problemas familiares que me impossibilitaram de estar presente na maioria das aulas e conseqüentemente na entrega dos trabalhos dentro do prazo. Acho justo refazer a matéria novamente, visto que não tive o aproveitamento real da matéria como o restante da turma, o que foi minha culpa.***

Os prazos foram adiados inúmeras vezes — e os autores dos e-mails acima (à exceção da aluna autora do e-mail 5) concluíram os trabalhos e foram aprovados na disciplina. Mesmo com o adiamento, no entanto, alguns alunos optaram por cursar novamente a disciplina em 2021, como explicitado no último e-mail. Sabemos, no entanto, que a culpa pela falta de aproveitamento não foi da aluna. Outros certamente nem chegaram a nos escrever. O desgaste emocional desses discentes, provocado pela continuidade do curso nessas condições, é evidente.

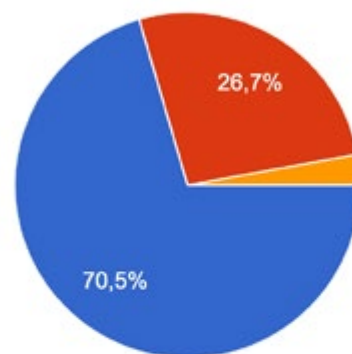
Temos de salientar que, até o momento, a Pró-Reitoria de Graduação não ofereceu nenhuma oportunidade de os alunos, sobretudo os ingressantes, terem acesso a tablets ou computadores para acompanharem o ensino remoto emergencial, que entra em seu segundo ano. É sabido que parte considerável dos calouros costuma ter

à disposição apenas um telefone celular. Segundo pesquisa feita na EACH em março de 2020, “existe uma correlação, embora leve, entre o ano de ingresso e o tipo de equipamento disponível para execução de atividades didáticas. Enquanto entre todos os grupos ‘veteranos’ de respondentes a fração de estudantes com apenas aparelhos de telefone celular varia entre 6% e 9%, no caso dos ingressantes esta fração é de 17,8%. Possivelmente, os alunos busquem a aquisição de computadores portáteis e outras ferramentas para estudo a partir do ingresso na universidade, conforme percebem as distintas demandas por atividades que a carreira universitária exige”. Àquela altura, o relatório da pesquisa realizada já informava que “faria sentido uma política de inclusão digital por parte da universidade para os ingressantes que não possuem equipamentos apropriados para a conclusão de trabalhos e acompanhamento de teleaulas e outras atividades online que exijam mais ferramentas do que aquelas que um telefone pode prover”.

No 1º semestre de 2021, perguntamos aos ingressantes da mesma disciplina sobre os equipamentos disponíveis. Como se observa no gráfico a seguir, 26,7% dos estudantes informam compartilhar um computador com as pessoas da casa e 2,9% afirmam não ter computador.

Você tem computador de uso pessoal?

105 respostas

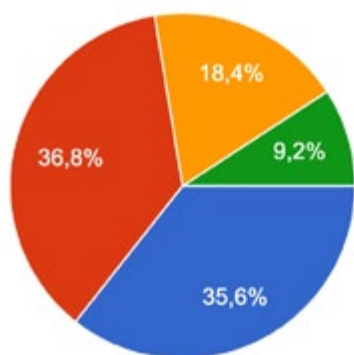


- Sim, tenho um computador de uso exclusivo meu.
- Sim, mas eu compartilho o computador com as pessoas que moram comigo.
- Não.

Em 2020, ao final da disciplina, os alunos foram convidados a preencherem um questionário de avaliação do curso¹¹. Abaixo reproduzimos alguns gráficos que trazem dados que, de alguma maneira, permitem entrever a desigualdade de acesso e o prejuízo aos alunos com menos condições de acesso a Internet de qualidade e a equipamentos eletrônicos, como computadores e *tablets*.

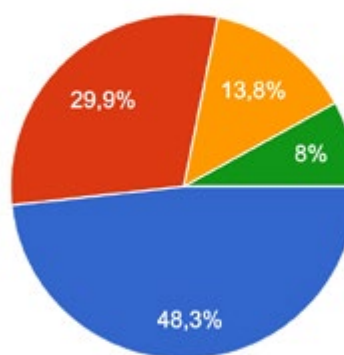
Internet. O quanto você acha que suas condições de acesso à internet prejudicaram o acompanhamento da disciplina?

87 respostas

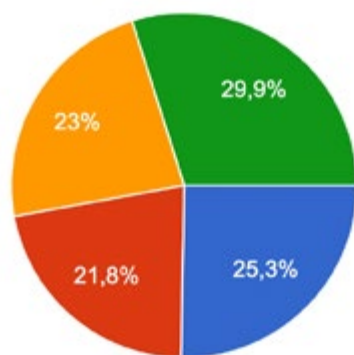


Dispositivos. O quanto você acha que os dispositivos eletrônicos a que você tinha acesso prejudicaram o acompanhamento da disciplina?

87 respostas



Ambiente. O quanto você acha que o local destinado aos seus estudos prejudicou o acompanhamento da disciplina?



As respostas indicam que, além da conexão e dos dispositivos, o ambiente de estudos teve também um grande impacto no acompanhamento do curso. Em um depoimento deixado em uma das questões abertas do questionário, um aluno escreveu:

“Muitos alunos estão passando por problemas psicológicos durante esse período de caos e isolamento. Logo, continuar as aulas à distância é ignorar este fato e priorizar o ensino para as pessoas emocionalmente estáveis. Continuar assim é exigir muito mais do que apenas resiliência.”

A avaliação dos estudantes do 1º semestre de 2020 sobre a decisão da USP de manter o semestre letivo revela o que indicamos em nossa apreciação: 51,7% avaliam-na como “positiva, mas não adequada, pois a USP não considerou o tempo e os recursos necessários ao planejamento da transição presencial-remoto”. Quase 30% dos alunos avaliam a decisão como “negativa, pois deveria ter havido o cancelamento do semestre e o estímulo ao contato remoto entre

docente-discentes com outros propósitos (ex.: desenvolvimento de projetos e atividades relacionados à pandemia), sem a exigência do cumprimento do currículo, que deveria ser retomado apenas quando as condições permitissem a volta presencial”. Cerca de 14% consideram a decisão “negativa e inadequada, pois deveria ter havido o cancelamento do semestre e a suspensão temporária do vínculo com a USP até que fosse possível a retomada presencial das aulas quando da melhora das condições sanitárias”.

Talvez um dos únicos aspectos positivos dessa situação emergencial tenha sido a conversa entre as colegas e a discussão aprofundada dos conteúdos da disciplina. Em nossa experiência, o fato de docentes ministrarem a mesma disciplina num curso de graduação não necessariamente propiciava conversas e decisões conjuntas sobre questões pedagógicas e de abordagem. Assim, essa foi uma estranha oportunidade para que esse movimento acontecesse. O resultado dele só não foi melhor por estarmos atadas às tecnologias de vídeo e não termos acesso ao chão da sala de aula e à sua riqueza. De todo modo, os reflexos desse movimento continuarão reverberando no momento em que tivermos segurança sanitária para retornar aos prédios.

Conforme nossa exposição pretendia demonstrar, o caminho traçado para implementar o ensino remoto emergencial não foi fácil. Nessa trajetória, apesar de todos os esforços empreendidos, um número considerável de estudantes ficou pelo caminho.

Entre os que tiveram a chance de acompanhar a disciplina oferecida remotamente, notamos que uma parcela

razoável conseguiu participar dos encontros síncronos, em que tivemos debates muito profícuos a respeito do uso cotidiano do Português, das diferentes normas existentes, da história da língua e do ensino de língua materna. A impossibilidade do uso das câmeras e, muitas vezes, dos microfones não impediu que os alunos contribuíssem com reflexões profundas referentes aos assuntos abordados.

No que se refere a uma avaliação formal, que se faz necessária burocraticamente, apesar de todo o contexto vivido, pudemos sugerir uma experiência prática de observação do uso real do Português, incitando o espírito investigativo dos estudantes, que deveriam observar e descrever fenômenos linguísticos encontrados em textos orais contemporâneos e também em textos antigos escritos em português. O prazo foi bastante alargado, para possibilitar a participação da maioria, o que realmente favoreceu a adesão, mas, sabemos, não foi suficiente.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar um aspecto pedagógico que nos pareceu salutar neste momento tão crítico: a possibilidade de os estudantes ouvirem uma diversidade de vozes em relação à mesma disciplina. Essa não é uma possibilidade viável durante as aulas presenciais, dada a restrição de nossos espaços. Sendo assim, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir diferentes especialistas nas questões abordadas, e nós, docentes, pudemos partilhar experiências e receber contribuições valiosas de colegas que lecionam a disciplina, o que certamente alterará, de forma positiva, a nossa prática docente.

Referências

- BEHAR, P. A. (Org). *Modelos pedagógicos em educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HODGES, C. et al. “The difference between emergency remote teaching and online learning”. *EDUCAUSE Review*. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>.
- KENSKI, V. M. *Tecnologia e ensino presencial e a distância*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

Notas

- 1 Professoras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).
- 2 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 3 https://www3.fearp.usp.br/images/AAComunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/Anexos/CONVID-19_Nota.pdf.pdf.pdf
- 4 <https://jornal.usp.br/institucional/cruesp-divulga-comunicado-sobre-questao-do-combate-ao-coronavirus/>
- 5 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 6 <https://www.fflch.usp.br/2155>
- 7 https://eesc.usp.br/noticias/posts_s.php?guid=10729&termid=not_gerais
- 8 <https://www.pg.unicamp.br/norma/21790/0>
- 9 <https://www.pg.unicamp.br/norma/25960/1>
- 10 <https://jornal.usp.br/institucional/a-usp-nao-vai-parar-mas-reorganiza-suas-atividades-para-protoger-a-comunidade/>
- 11 Os dados discutidos a seguir foram extraídos do questionário respondido entre 21/08/2020 e 27/10/2020 pelos discentes das turmas 2020111 e 2020113 da disciplina Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa I, ministrada pela Prof^a Vanessa Martins do Monte.